

**O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO ASSUME PUBLICAMENTE OS  
SEGUINtes COMPROMISSOS COM O FÓRUM DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE  
ENSINO SUPERIOR DE GOIÁS (IPES).**

Historicamente, o sistema educacional brasileiro é marcado e definido por profundas desigualdades. Trata-se de um modelo que se desenhou como forma de atender a um tipo de capitalismo tardio, dependente e associado, vinculado à produção de baixíssima tecnologia e marcado por um amplo exército industrial de reserva, portanto, a uma formação precária, aligeirada e tecnicista. Nesse sentido, a história do sistema educacional brasileiro é a história da exclusão e do rebaixamento do nível de escolarização dos filhos da classe trabalhadora. No estado de Goiás, não é diferente. Via de regra, criaram-se sistemas educacionais melhores articulados e com garantias de elevação da escolarização nas áreas centrais dos grandes centros urbanos, relegando às periferias e ao campo um tipo de formação aligeirada, precária, pragmática e tecnicista.

O Golpe de Estado de 2016 aprofundou a condição de jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam nem trabalham. Em 2018, esse número chegou a 11 milhões, de acordo com o IBGE, sendo que 60% dessa população é composta por mulheres. Somado aos jovens desempregados e que não estudam, o Brasil possui 14 milhões de jovens que estudam e/ou trabalham, mas apresentam atrasos significativos de aprendizagem (IBGE).

De acordo com dados do PNAD/2017 e IBGE/2017, no Estado de Goiás, são 308 mil jovens, entre 15 e 29 anos, que nem trabalham nem estudam. Desse total de jovens, 204 mil são mulheres.

A política do PCB para a educação fundamenta-se na estruturação do Sistema Educacional goiano, baseado na *Formação Integrada*, em que o Currículo articula e se desenvolve a partir de três dimensões fundamentais, em sua estrutura interna: *Ciência, Cultura e Trabalho*. Sistema Educacional que, por sua vez, deve ser contextualizado, em especial mediante a articulação junto aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Trata-se de formar indivíduos autônomos e reflexivos, com capacidade crítica e de intervenção nos espaços em que se encontram inseridos, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto políticocultural.

A política pecebista para a educação defende a constituição de um sistema educacional público, gratuito, laico, universal e de qualidade, estruturado e organizado a partir do controle popular. Portanto, trata-se de atribuir autonomia política, financeira, administrativa, organizativa e pedagógica para as Escolas, afastando-as das concepções fisiologistas, clientelistas e corruptas, presentes no Estado. Assim, o PCB defende a constituição de Conselhos Populares eleitos, com mandatos imperativos, composto pelos trabalhadores da área e pelas comunidades locais, como

forma de administrar, organizar e definir as políticas educacionais para as Escolas, levando-se em conta os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

No estado de Goiás, o Censo Escolar demonstra a existência de 1.134.720 estudantes na Rede Pública e apresenta os seguintes dados:

- a) Creches: 38.372 matrículas em período integral e 9.211 em período parcial;
- b) Ensino Fundamental: 304.554 matrículas em período parcial e 76.044 em período integral (anos iniciais); enquanto que nos anos finais, foram 297.629 matrículas em tempo parcial e 25.715 em tempo integral;
- c) Ensino médio: 205.710 estudantes em tempo parcial, e 5.239 em tempo integral;
- d) Educação de Jovens e Adultos: 30.798 matriculados no Ensino Fundamental e 22.800 no Ensino Médio;
- e) Educação Especial: 24.116 matrículas, nas redes públicas e privadas, sendo que a maioria dos matriculados estão no ensino fundamental com 11.887 estudantes e 224 nas creches.

O sistema educacional do estado de Goiás está estruturado sobre profundas desigualdades, tanto na relação campo-cidade e centro-periferia, quanto na relação entre as próprias cidades. A população goiana tem em média 8,1 anos de estudos, o que equivale ao término do Ensino Fundamental. Os mesmos dados demonstram que apenas 18,6% dos jovens goianos acessam o Ensino Superior, um reflexo da profunda desigualdade econômica presente no estado.

O período marconista, a partir da gestão antidemocrática e antipopular da Secretaria da Educação Raquel Teixeira, aprofundou as desigualdades socioeconômicas e políticoculturais em Goiás, desestruturando o precário sistema educacional política, pedagógica e culturalmente. Não foi constituída uma política efetiva de formação de professores, tampouco foi atribuída autonomia às Escolas Estaduais, submetendo-as à lógica de controle e coerção social; ao mesmo tempo, tentou-se convertê-las em instrumento de barganha política, via a desastrosa e autocrática política de militarização das Escolas, bem como as constantes tentativas de transferência da gestão das Escolas para as Empresas (iniciativa privada), como forma de criar relações fisiológicas e clientelistas, estruturadas em profundos esquemas de corrupção. Ao mesmo tempo tem curso a articulação de um sistema de ensino militarizado, estruturado em relações políticas questionáveis, desenvolvidas entre o governo do estado e a Corporação Militar, retirando esta do seu foco primordial de atuação, que já não cumpre a contento, que é a segurança pública.

Do ponto de vista administrativo-organizativo, tanto a militarização das Escolas, quanto sua transferência para as supostas Organizações Sociais (Os's) – empresas de amigos do tradicional sistema político-partidário goiano – acarretam: a) restrição da autonomia das Escolas e, portanto,

sua capacidade de dar respostas aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; b) precarização das relações de trabalho dos profissionais da educação, submetendo-os a jornadas de trabalho cada vez maiores, a baixíssimos salários e a péssimas condições de trabalho; c) restrição da liberdade de expressão, manifestação e organização dos alunos; d) instituição de um sistema de ranqueamento entre Escolas e Municípios, aprofundando as desigualdades entre campo-cidade e centro-periferia; e) aprofundamento do sistema de seleção de alunos, ampliando cada vez mais as desigualdades de formação escolar; f) relações fisiológicas e clientelistas frequentemente articuladas à reprodução das formas de contrato de trabalho temporário.

Do ponto de vista pedagógico, institui uma política de formação pragmática e aligeirada, estruturada na má-qualificação e precariedade da formação, bem como em uma estrutura repressiva brutal, tanto para os trabalhadores da educação, quanto para os estudantes.

**Frente às questões apresentadas, o PCB assume o compromisso público de defender as seguintes políticas educacionais:**

1. Fortalecer a Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG) com o cumprimento integral do artigo 158 da Constituição Estadual, garantindo os repasses na forma de duodécimos, alterando-se a restrição contida na Emenda Constitucional no 50/2014 e, além disto, ampliar gradativamente, até o ano de 2022, os recursos até que alcancem o equivalente a 1% da receita líquida de impostos e transferências;
2. Alterar a atual política de consulta às IPES para a escolha dos dirigentes da FAPEG, atribuindo-lhe autonomia administrativo-organizativa e instituindo em seu lugar um Conselho eleito no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior, com mandatos imperativos. Garantir a expansão do número de bolsas de pesquisa da FAPEG que articulem desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento humano e social na perspectiva da Universidade Popular;
3. Fortalecer a Universidade Estadual de Goiás com o cumprimento integral do artigo 158 da Constituição Estadual, garantindo os repasses na forma de duodécimos, alterando-se a restrição contida na Emenda Constitucional no 50/2014 e, além disto, ampliar gradativamente até o ano de 2022, os recursos até que alcancem o equivalente a 3% da receita líquida de impostos e transferências.

4. Fortalecimento da UEG mediante autonomia política, administrativa, financeira, científica e pedagógica, vinculação orçamentária de 5% do ICMS e concurso público para o preenchimento de todas as vagas de professores e de técnico-administrativos, bem como defesa da sua reorganização segundo a concepção de Universidade Popular, com suas atividades de pesquisa e de extensão sendo orientadas para atender as demandas das classes trabalhadoras do campo e da cidade

5. Implementar ações e programas objetivando o cumprimento do Plano Estadual de Educação (2015-2025), especialmente da Meta 13 que estabeleceu a elevação da taxa bruta na educação superior para 50%, o que significa que ainda temos que acrescentar em torno de 130.000 novas matrículas na educação superior em Goiás.

6. Contratar servidores públicos (docentes e técnico-administrativos) para a educação básica e superior por meio de concursos públicos, colocando a fim a nociva política de militarização das escolas e de tentativa de transferência das escolas para Organizações Sociais.

7. Estatização plena de todo o sistema educacional público goiano, conferindo autonomia financeira, política, administrativa e pedagógica às instituições educacionais em seus diferentes níveis e modalidades, colocando-as sob controle dos trabalhadores, a partir da criação de Conselhos Populares, eleitos entre os profissionais da área e usuários, com mandatos imperativos e com autonomia para a definição, administração e organização das políticas educacionais.

8. Articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino, como forma de planejar, administrar e organizar as políticas educacionais, garantindo a universalização do acesso, a permanência e o êxito dos estudantes em todo o processo.

9. Adoção de políticas de parceria e apoio à estruturação, fortalecimento e consolidação dos dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, presentes no estado de Goiás (IFG e IFGoiano), tendo em vista promover: a) políticas de formação e formação continuada de professores; b) políticas de Educação de Jovens e Adultos, tanto no Ensino Fundamental e no Médio, como no Superior, para atender as necessidades dos diversos contextos e arranjos produtivos, sociais e culturais locais; c) criação de Cursos Superiores e Médio Integrado, como forma de elevar a escolaridade dos filhos dos trabalhadores do campo, bem como criar uma

expertise capaz de fazer a transição do degenerado modelo agroquímico para o modelo agro-orgânico, transitando de uma economia fundamentada no latifúndio e no agronegócio, para uma economia apoiada na agricultura familiar e na agroecologia.

10. Adoção da Formação Integrada em todos os níveis e modalidades de ensino da Rede Pública, articulando um conceito de Educação Básica que abranja desde o Ensino Infantil ao Médio Integrado, como forma de forjar Currículos articulados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

11. Implementar uma política de soberania alimentar e nutricional em toda a Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis e modalidades, a partir da articulação com a agricultura familiar e a agroecologia, levando alimentos saudáveis orgânicos para as Escolas, como forma de combater a obesidade e outras doenças e transtornos relacionadas a má alimentação.

12. Criação de Institutos Estaduais, com autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica, enquanto instituições educacionais formativas voltados à elevação da escolaridade dos filhos da classe trabalhadora urbana e rural, articulando-se um tipo de formação emancipatória, que se preocupe tanto com a qualificação da classe trabalhadora, quanto com o desenvolvimento de suas capacidades criativas socioculturais, fundamentados no respeito à diversidade.

13. Criação de Centros de Atendimentos Multidisciplinares em todos os municípios e bairros dos grandes centros urbanos, como forma de estruturar, garantir e efetivar o processo de inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, instituindo-se políticas de acessibilidade: a) atitudinal; b) arquitetônica; c) metodológica; d) programática; e) instrumental; f) nos transportes; g) nas comunicações; e, h) digital.

14. Criação de Bibliotecas Públicas em todos os municípios do estado e bairros dos grandes centros urbanos.

15. Doação de prédios e terrenos públicos para a expansão: 1. do Instituto Federal de Goiás; 2. Instituto Federal Goiano; 3. a Universidade Federal de Goiás (UFG); 4. a Universidade Federal de Catalão (UFCAT); e, 5. Universidade Federal de Jataí (UFJ); bem como, articular, em conjunto com as IPES, de forma permanente, parcerias com os municípios e a União, visando ao fortalecimento e melhoria dos campi das IPES instalados no Estado. Compreendendo-se como estratégica a inserção das Instituições

de Educação Superior, públicas e comunitárias, sediadas em Goiás, em ações e projetos do Governo Estadual, para a elaboração e implementação de políticas públicas nos âmbitos educacional, social e econômico.